

**31º Encontro Anual da ANPOCS**  
**de 22 a 26 de outubro de 2007**  
**Caxambu, MG**  
**Seminário Temático 18 - Estudos de gênero: teoria e pesquisa**

**Autora: Arlene Martinez Ricoldi**  
**Universidade de São Paulo**

**e-mail: [aricoldi@uol.com.br](mailto:aricoldi@uol.com.br)**

**Título: Educação popular como estratégia feminista: constituição da experiência do curso**  
**Promotoras Legais Populares em SP**

## **Introdução – do que estamos falando**

É difícil não tratar a experiência do curso de Promotoras Legais Populares como uma iniciativa bem-sucedida. As pessoas e grupos de que dela participam manifestam seu prazer em participar, assim como, em todo o lugar em que é apresentada, ocorrem manifestações de interesse. Esta é a minha experiência em alguns canais de divulgação deste trabalho, seja por meio da mídia ou mesmo em congressos científicos, sempre acontecem manifestações de interesse em realizá-la (como aluna) ou reproduzi-la. Menos pelos seus aspectos sociológicos como fato social, o interesse advém de seus aspectos, mais propriamente ditos, *sociais*, de seu impacto naqueles/as que dela participam. Talvez seja por este motivo que, para além de tentar entender o que significa para as alunas ser uma promotora legal popular, procurou-se também, na pesquisa que originou este artigo<sup>1</sup>, investigar a própria experiência de capacitação legal a mulheres tal como ela se organiza hoje. Ao fazer isso, mostrou-se inevitável ir mais longe, e procurar saber como esta estratégia se constituiu de importância central para a organização feminista União de Mulheres de São Paulo, principal responsável pela sua implementação, em 1994. O resultado deste empreendimento, que passamos a apresentar, revelou parte da história do movimento feminista/de mulheres na cidade de São Paulo, a partir de um fragmento, e suas articulações no contexto político nacional e internacional.

Quando a União de Mulheres de São Paulo, daqui para frente denominada UMSP, foi fundada, o panorama internacional sobre a “questão das mulheres” já tinha desenvolvimentos importantes. Em 1972, a Assembléia Geral das Nações Unidas decidiu proclamar o ano de 1975 como Ano Internacional da Mulher para “*intensificar las medidas encaminadas a promover la igualdad entre hombres y mujeres*”. (NACIONES UNIDAS, [1985?]). Neste mesmo ano ocorreu a Conferência Internacional da Mulher (Cidade do México) quando foi aprovado o Plano de Ação Mundial, com base no qual a Assembléia Geral declara que os próximos dez anos serão o “Decênio das Nações Unidas para a Mulher”. A Conferência foi acompanhada por um Fórum de ongs, o qual, segundo Côrrea (1994), teria sido uma das primeiras ocasiões de grande visibilidade destas organizações. As discussões sobre a temática no âmbito internacional realizaram-se intensamente no decorrer de toda a Década da Mulher, iniciada em 1975, e finalizada com o importante documento final da conferência da Mulher de Nairóbi (UNITED NATIONS, 1985). Em meio à Década da Mulher, foi adotada a Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (1979), conhecida por sua sigla em inglês, CEDAW (*Convention for the Elimination of all forms of Discrimination Against Women*). É justamente na Conferência da Mulher das Nações Unidas, em Nairóbi, que localizamos o primeiro uso, em documentos oficiais, do termo *legal literacy* o correspondente

---

<sup>1</sup> Pesquisa apresentada como dissertação de mestrado (RICOLDI, 2005)

em inglês para “capacitação legal”. Foi em Nairóbi também que militantes feministas de diversos países discutiram a respeito desta *alfabetização legal*<sup>2</sup>, que descobriram ser feita de diversas maneiras e em vários pontos do globo, naquele momento. Schuler e Kadirgamar-Rajasingham (1992) relatam rapidamente isso em obra realizada com o intuito de delimitar e aprofundar o conceito de *legal literacy*, que nos dez anos anteriores à publicação (portanto, no período 1982-92) era um termo que se encontrava em claro processo de escrutínio semântico, ideológico e político (SCHULER; KADIRGAMAR-RAJASINGHAM, 1992, p. 21).

Como pudemos ver acima, já haviam experiências constituídas de capacitação legal anteriores à Nairóbi. Entre as experiências pioneiras estavam as realizadas na América Latina, registradas na publicação “*Capacitación Legal a mujeres*”, editada em 1991 pelo Cladem – Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher<sup>3</sup> (portanto, um ano antes da publicação da Unifem). São relatos de 8 experiências diferentes, levadas a cabo em 5 países do continente (2 na Argentina, 3 no Peru, e 1 em Equador, Costa Rica e México) com artigos escritos por integrantes das próprias organizações. São diferentes denominações para os cursos, mas com características comuns, entre elas, uma perspectiva de educação popular, uma orientação feminista e uma forte influência de correntes do direito alternativo<sup>4</sup>. Estas três “fontes” teórico-metodológicas atuam com forças diferentes em cada iniciativa, e esta correlação de forças se estabelece, evidentemente, de acordo com o perfil das organizações e pessoas envolvidas e as condições que se apresentam no seu desenvolvimento.

Tanto as discussões empreendidas em Nairóbi, como o diálogo que posteriormente se desenvolveu, apontavam que as organizações presentes no fórum de ongs em Nairóbi (mais especificamente, no fórum, *Women, Law and Development*) de uma maneira ou de outra deparavam-se com a necessidade de *empoderar* (*empowerment*, o termo é de Schuler e Kadirgamar-Rajasingham, 1992) mulheres, em especial as mais pobres, por meio da conscientização de seus direitos. Suas militantes, muitas advogadas, atendendo mulheres em situação de violência, com demandas judiciais que não sabiam como solucionar (como separação, pensão alimentícia, questões trabalhistas), passaram a acreditar que esta tarefa (de empoderamento<sup>5</sup>) passava pelo aprendizado de noções do direito, de maneira que elas pudessem

<sup>2</sup> “Alfabetização legal” é a tradução literal de “legal literacy”, embora o termo seja considerado impróprio mesmo por aquelas que o utilizam, cf. Schuler; Kadirgamar-Rajasingham, 1992. Na América Latina, a expressão equivalente é “capacitação legal” ou “capacitación legal”.

<sup>3</sup> Não por acaso, o Cladem, fundado em 1987 em San Jose de Costa Rica, teve sua formação originada em discussões empreendidas na Conferência da Mulher de Nairóbi. Seus objetivos estão profundamente ligados à crítica feminista ao Direito e à promoção dos direitos humanos das mulheres.

<sup>4</sup> Não desenvolveremos neste trabalho o que significava cada uma destas “fontes teórico-metodológicas”, que, na prática, configuravam-se em diferentes significados, em cada experiência relatada que analisamos.

<sup>5</sup> Ainda que o Tesouro para Estudos de Gênero (Bruschini et alii: 1998) afirme não existir equivalente em português consagrado, a palavra “empoderamento” tem sido utilizada como sua tradução. Ainda que haja discussões a respeito de seu significado, pode ser considerado, de maneira geral, como “o processo de fortalecimento político das mulheres obtido através de múltiplas ações de ordem legal, econômica, cultural e

utilizá-lo em seu favor. Em resumo, exercer efetivamente a condição de direitos, - cidadania -, de que já eram titulares, e, também, lutar para que direitos que julgavam justos, pudessem ser conquistados. Parece não ter sido diferente quando a capacitação legal a mulheres é implementada no Brasil; aqui ganha contornos particulares, embora não exclusivos.

Na nossa pesquisa, pudemos constatar que a maneira como se desenvolveu politicamente a UMSP encontrou na experiência latino-americana de capacitação legal a mulheres uma estratégia ideal. O movimento feminista brasileiro (e concomitantemente suas organizações) desenvolveu-se em constante diálogo com ativistas de outros países<sup>6</sup>. A segunda “vaga” feminista<sup>7</sup> (BLAY:2001) coincidiu, por assim dizer, com a ditadura militar e os primeiros grupos de autoreflexão brasileiros se formam em meados da década de 70. Diversas organizações e feministas tem assinalado como marco inicial desta “onda” do movimento justamente o Ano Internacional da Mulher.

No Brasil, a Década da Mulher (1975-85) transcorre sob o regime autoritário, ainda que combatido e em processo de “*distensão lenta, segura e gradual*”, prometida pelo Governo Geisel (1974-1979). Mesmo assim, os chamados novos movimentos sociais<sup>8</sup> florescem, exatamente no mesmo período, estabelecendo-se como novos atores políticos (SADER:1988). Este período foi chamado de “*emergência heróica dos movimentos*”, cujas marcas, pelo menos sob o ponto de vista dos trabalhos acadêmicos da época, eram o *espontaneísmo* e a *autonomia* (CARDOSO, 1994).

No processo de redemocratização que segue, a Assembléia Nacional Constituinte constitui um importante marco para este processo, que conta com a participação intensa dos movimentos sociais, o movimento feminista em especial. Fala-se, inclusive, em “*construção da cidadania*” (TEIXEIRA:1986), no sentido de uma nova condição titular de direitos na ordem democrática que se prefigura.

A ampla participação da sociedade organizada se traduz numa carta constitucional com direitos sociais amplos, como o direito universal à saúde (e dever do Estado garanti-la), licença-paternidade, extensão do direito à previdência aos trabalhadores rurais, entre muitos outros. O parágrafo 8º do artigo 226 é de especial importância para o movimento feminista, pois

---

psicológica” (p.71).

<sup>6</sup>Pesquisadoras/es ressaltam o desenvolvimento transnacional em arenas públicas internacionais, como as conferências da ONU e suas agências, além de espaços transnacionais não oficiais, como os Encontros feministas regionais. Ver Alvarez et al. 2003.

<sup>7</sup>Constância L. Duarte (2003) identifica 4 “ondas” abordando o movimento feminista brasileiro por meio da sua produção literária.

<sup>8</sup>O debate sobre a concepção de *Novos Movimentos Sociais* surge, como aponta Gohn (2002) no debate europeu. Grosso modo, trariam novas demandas sociais reunidas sob novas identidades, e seus estudiosos teriam formulado “*esquemas interpretativos que enfatizam a cultura, a ideologia, as lutas sociais cotidianas, a solidariedade entre as pessoas de um grupo ou movimento social e o processo de identidade criado*” (GOHN, p. 121). Ainda que não tenha sido formulado para os movimentos da América Latina, o paradigma europeu teve importante influência sobre os estudos sobre movimentos sociais no continente.

materializa no texto legal a antiga reivindicação da assistência contra a violência intra-familiar<sup>9</sup>. A não-proibição expressa do aborto também é considerada uma vitória, pois deixava brechas para discussão futura sobre o assunto (KYRIAKOS:1996).

É bastante comum entre ativistas do movimento social considerar a Constituição de 1988 como uma conquista a ser assegurada, até porque esta foi elaborada com ampla participação da sociedade. Esta opinião se reflete na fala de Amélia Teles<sup>10</sup> (2004), sobre o seminário do CLADEM em 1992, onde conheceu os cursos de capacitação legal:

Então, esse seminário [realizado pelo CLADEM] era latino-americano, não era brasileiro. Então elas estavam, as peruanas, Costa-Rica, acho que bolivianas, tinha umas quatro. Quatro ou cinco países lá, contando a sua experiência, então nós falamos “*puxa, mas é isso que nós temos que fazer...*” Isso era o ano de 92. E nós tínhamos, há quatro anos atrás, conquistado uma Constituição, que tinha dado garantias e direitos pras mulheres, e que a gente temia que se perdessem, uma vez que não foram implementados... direitos, assim, de forma mais contundente, mais objetiva, né, mostrando, “*olha, a Constituição manda fazer isso, então a partir de agora, nós vamos fazer isso*”. Mas, como nunca aconteceu no Brasil, o que a gente pensou: se as mulheres perderem esse conhecimento, não adquirirão esse conhecimento, a nossa Constituição pode ficar só no papel, nós não vamos efetivar. Então nós temos que aproveitar esse projeto e trazer pro Brasil. E nós saímos com a incumbência de resolver isso, cada uma no seu estado, da melhor forma, e tal. E aí, a Denise [Dora], até, que criou o Themis, o grupo Themis (...)

Como afirma Bernardo Sorj (2004), a democracia se instaura, mas não é a democracia esperada. A nova fase, portanto, seria de implementar e garantir o novo texto constitucional. Os movimentos entram em nova dinâmica com o Estado, este já em processo de democratização, abre canais de diálogo e participação, ainda que se possa questionar sua efetividade. Cardoso (1994) considera esta segunda fase como a *institucionalização*. Em fins da década de 80 e início de 90, há uma nova configuração da sociedade civil: muitos grupos formados na década de 70 já haviam se formalizado e se transformado em associações, entidades sem fins lucrativos, (como é o caso da UMSP, em 1981). Outros grupos se re-arranjam no início da década de 90, para atender, por um lado, às demandas de um Estado que tende a se encolher, e por outro, o espaço público em construção que se esvaziara no período não democrático. Esta nova configuração não foi aceita sem resistências: falava-se em “*cooptação pelo Estado*” (CARDOSO:1994) que passa a ser descrita, já em fins da década de 90 e início do ano 2000,

<sup>9</sup> Art. 226, §8º da Constituição Federal de 1988: “*O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência do âmbito de suas relações*”.

<sup>10</sup> A referência a Amélia Teles será uma constante neste trabalho. Não se trata, aqui, de ressaltar uma atuação individual, mas mostrar que, em todos estes anos, havia uma liderança de destaque que se repete à frente de suas iniciativas. Embora sempre tivesse havido uma grande circulação de militantes desde a sua fundação, segundo o que pude constatar, havia uma certa dificuldade de outras militantes assumirem a representação de maneira mais destacada. Porém, como este trabalho foi praticamente baseado em documentos, não foi possível reconstituir a dinâmica da época. Por outro lado, não se pode deixar de assinalar um certo personalismo, e nem de reconhecer que este é um modelo que perpassa toda a sociedade brasileira, produto de suas raízes autoritárias e hierárquicas.

como “parcerias”.

Sua trajetória é bastante exemplar do papel desempenhado pelos movimentos sociais, – e pelo movimento feminista em particular –, na história recente do país. A fonte de dados para estes capítulos foi, além de estudos sobre o período, o próprio arquivo da UMSP, que inclui notícias de jornal em que foi citada, materiais produzidos, boletins informativos internos e materiais relativos a eventos e acontecimentos que tomou parte. Ainda que o acervo seja bastante “arbitrário” na escolha de seus documentos, pareceu ser o mais adequado para os fins a que se destina este tópico.

### **Constituição da União de Mulheres de São Paulo**

A UMSP foi fundada em 06/12/1981. Nasceu, como tantas organizações, na esteira dos acontecimentos no decorrer da década de 70, que interpretado por boa parte da literatura como a emergência de novos atores políticos no cenário social, quando os pesquisadores dos anos 80 *“se viram diante de um momento político marcado por movimentos vários de lutas contra opressões diversas, a maioria de base popular, cuja promessa tirava de cena os atributos de “alienação” e heteronomia tradicionalmente atribuídos aos trabalhadores.”* (PAOLI, SADER, 1986. p. 60). Alguns interpretaram este entusiasmo como produto da leitura feita pelos intelectuais à época, assim como o fez Goldberg, de forma um pouco mais ácida, que defendeu existir uma defasagem entre:

representações agigantadas de fenômenos então existentes na sociedade brasileira e os rumos reais do processo sócio-político global (...). Isso se verificou principalmente entre 1979-1982, quando uma boa parte da produção intelectual ‘descobriu’ e passou a supervalorizar os ‘novos movimentos sociais’ (1989, p. 52).

Porém, é inegável a importância dos movimentos sociais no período da redemocratização, assim como a participação do movimento de mulheres/feminista neste processo, seja por meio do exercício público e político do papel de mães, denunciando o Estado repressor que levava seus filhos (BLAY, 1980), demandando serviços urbanos, numa espécie de “maternidade militante” (ALVAREZ, 1990), seja a partir da reflexão e reivindicação produzidas nos encontros de mulheres e sua posterior institucionalização em organizações ou entidades que passariam a dialogar com o estado para incorporação de sua agenda política (BLAY, 1988, TELES, 1993; PINTO, 1992, 2003).

Quando a UMSP foi criada, ligada ao Partido Comunista do Brasil – PC do B, a idéia era que se tornasse uma “organização guarda-chuva”, reivindicando para si a representação do movimento de mulheres em São Paulo (ALVAREZ:1990, p.151). A entidade não estava sozinha na sua pretensão: um ano antes era fundada a Federação de Mulheres Paulistas – FMP, e que

fora igualmente acusada de ser apenas uma ramificação partidária<sup>11</sup> no movimento de mulheres. O ato de fundação da entidade no Sindicato dos Químicos de São Paulo contou com a presença de cerca de 300 mulheres (segundo informações que constam dos materiais da UMSP), e ocorrera no mesmo ano em que disputas internas ao movimento de mulheres fazem com que sejam realizados 2 edições do III Congresso da Mulher Paulista (TELES, 1993).

O jornal “Folha de S. Paulo” publicou à época, uma matéria de destaque sobre fundação da UMSP, dando a entender que havia uma proliferação de grupos feministas à época: “200 mulheres criam mais uma união feminista”. Conforme a notícia, no programa aprovado pela assembléia de fundação “*decidiu-se que as mulheres deixarão de ser um exército de reserva e passarão a ‘brigar’ pelo emprego melhor remunerado*” (200 MULHERES..., 1981). Ao final de um ano, a organização já contava com 450 sócias (GRUPO UNIÃO..., 1982).

A chamada “dupla militância”, termo para designar aquelas que militavam em partidos políticos e no movimento feminista (ALVAREZ *et al.*, 2003) mostra como esta relação era conflituosa. De um lado, por que os partidos políticos eram, e ainda são, bastante impermeáveis à agenda política feminista; de outro, talvez porque os partidos políticos eram, com muito mais força do que hoje, como o *locus* e principal canal de luta e representação política. Talvez, também, por conta disso a autonomia das organizações eram temas importantes e candentes: artigo de Irede Cardoso (1981) discute as suas colorações políticas e dá voz a críticas, uma delas, de Vera Soares<sup>12</sup>.”. De acordo com o artigo, Soares criticou declarações de dirigentes da UMSP à imprensa, quando representantes da UMSP afirmavam o o apoio de diversos partidos à organização, entre eles, o PT. Embora admitisse sua ligação com o PT e sua “*dupla militância*”, Soares afirmava que seu partido nunca havia apoiado a formação da UMSP, e que esta, assim como a FMP, encobriam interesses partidários não claramente declarados.

Do exame dos materiais elaborados pela UMSP até meados da década de 80, é evidente a preocupação com o trabalho da mulher e a coloração político-ideológica deste posicionamento, mesmo quando fala sobre a política de natalidade. Em seu folheto “*Controle de natalidade – Intervenção Imperialista*”, destacamos o seguinte trecho: “*A política controlista do governo atinge à família trabalhadora indiscriminadamente e da forma mais brutal e violenta. A mulher é o alvo principal dos programas anti-natalistas*” (UMSP, 1983). Neste período inicial, a ligação com sindicatos eram bastante forte e a preocupação com o mundo do trabalho era predominante. Os assuntos abordados geralmente relacionavam-se aos problemas da “mulher trabalhadora” como a discriminação no trabalho, denúncias por demissão em caso de gravidez, creches para possibilitar às mães ingressar no mercado de trabalho, etc. Também era recorrente

<sup>11</sup> A FMP nasceu do Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8).

<sup>12</sup> Feminista ligada ao PT, à época ligada à *Sociedade Brasil Mulher* (já extinta).

a luta por direitos reprodutivos, por meio do combate a políticas de natalidade controlistas e pelo “*direito à maternidade (direito da mulher de decidir pelos filhos que deseja ter, com condições médicas)*” (UMSP, 1981). Não se pode esquecer também o contexto de grave crise econômica, que atinge seu pico em 1982.

Mais uma amostra do tom adotado nesta fase inicial está neste outro trecho do discurso de Teles (primeira presidenta da UMSP) proferido na sua fundação:

“as mulheres, já há algum tempo se organizam em torno de suas reivindicações, como na luta contra a carestia, na luta por creche, e por melhorias no bairro. Há também algumas organizações femininas preocupadas com a emancipação da mulher. Saudamos todas as iniciativas (...). No entanto, algumas procuram organizar as mulheres para que estas lutem pela conquista de algumas melhorias ou por algumas questões gerais, sem contudo considerar que a mulher sofre duplamente a opressão, ou seja, é oprimida enquanto trabalhadora e enquanto mulher (...)” (UMSP, 1981, p. 1)

Por toda a década de 80, a comemoração do 8 de março na cidade de São Paulo foi realizada por um grupo de organizações feministas. A UMSP participou e organizou os eventos, conjuntamente com outras entidades importantes, algumas muito ativas à época, como o Centro de Informação à Mulher (CIM); a Casa da Mulher do Grajaú, o S.O.S. Mulher, o Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira (CDMB) e até o Conselho Estadual da Condição Feminina (CECF)<sup>13</sup>. É também em 1983 que a Amélia Teles, que integrava o movimento de luta por creches, passa a integrar a equipe do CECF na comissão que tratava do assunto. Não é demais lembrar que, se hoje as creches disponíveis não atendem a demanda da população, naqueles anos elas eram quase inexistentes.

Para se ter uma idéia do papel que o CECF desempenhava (ainda que se considere que o presidente era um militar e o governo de São Paulo era ocupado pela oposição peemedebista), em outubro deste ano, um grupo do movimento de mulheres de São Paulo vai à Brasília integrar uma grande manifestação contra os projetos de lei 2036 e 2045<sup>14</sup>. São aproximadamente 200 mulheres transportadas em ônibus que fora solicitado pelo CECF à Casa Civil do governo estadual. As dimensões do público atraído de todo o país assustam o Governo Federal, que decretou “*medidas de emergência*” (E, NUM..., 1983).; ao final, as caravanas de manifestantes foram escoltadas pelo exército na sua saída do Distrito Federal

Se no ano de 1984 as atenções estavam concentradas na campanha das “Diretas Já”, por volta de 1985-86, a UMSP começa a se voltar para a defesa de direitos legais e a sua

<sup>13</sup> Órgão governamental criado no Governo Franco Montoro, em 1983, presidido em sua primeira gestão por Eva Alterman Blay.

<sup>14</sup> O primeiro alterava o regime salarial das estatais e o segundo reduzia os aumentos salariais a 60% do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor).



formulação. Ainda que, em 1983, a reivindicação pela promulgação do novo Código Civil<sup>15</sup> estivesse presente na manifestação do 8 de março, Amélia Teles declara ao Diário Popular (que noticiava a inauguração de sua nova sede, no bairro da Bela Vista), que a luta por creches prosseguia, “*entretanto, [a UMSP] concentrará muita energia nas possibilidades de a entidade ter uma representação na Constituinte e que zele pelas redação de leis, segundo ela, mais justas para as mulheres brasileiras*” (MULHERES QUEREM..., 1985). Foi também no ano de 1985 que se realizou o 3º Encontro Feminista Latino-Americano, em Bertioga-SP, um encontro que contou com uma participação massiva do movimento feminista no Brasil e América Latina.

### **O processo constituinte**

O advento da Assembléia Nacional Constituinte é um dos mais importantes acontecimentos da história recente do país, e foi objeto de grande discussão e participação da sociedade. É a oportunidade que muitos viram de refundar o país sobre novas bases e instituir de fato o regime democrático. A UMSP volta suas atenções para o debate da Constituinte, promove discussões e lança, na sua festa de 4º aniversário, o livreto “*A Mulher e a Constituinte*” (UMSP, 1985).

São vários os eventos que marcaram a discussão das questões relativas à mulher no processo constituinte. Em 1986, é lançada a “*Campanha pela participação da Mulher na Constituinte*”, pelo CECF e CNDM<sup>16</sup>, evento que contou com as presenças, além das presidentas dos respectivos conselhos (Zuleika Alembert e Ruth Escobar), do governador paulista Franco Montoro e do presidente José Sarney. Em 17 de agosto do mesmo ano, realizou-se na Câmara Municipal a “*Mini-Constituinte da Mulher*”.

Em 1987, uma carta foi endereçada à Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), manifestando repúdio em razão das “*atitudes intimidatórias*” e “*demissões assumidas por parte dos empresários*” que se caracterizariam como “*pressão junto aos constituintes para a supressão dos direitos sociais já aprovados no texto constitucional*” (UMSP, 1987). Essa carta menciona de maneira genérica “*Movimento Sindical*” e “*Movimento de Mulheres*” como autores do texto, – que é assinado, de fato, pelas centrais CUT e CGT, por 31 sindicatos, federações e associações profissionais, – e pelas entidades: FMP; Casa da Mulher do Grajaú; Movimento de Mulheres Negras; MNU (Movimento Negro Unificado) União Popular de Mulheres; Grupo de Mulheres de São Mateus; Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde; Comissão de Mulheres do PT; Associação das Donas de Casa; Associação Feminina da Zona

<sup>15</sup> O Novo Código Civil, de 2002, resultou de um longo processo de tramitação de 26 anos, ainda mais alongado pela necessidade de adaptação ao novo texto constitucional de 1988.

<sup>16</sup> Conselho Nacional de Defesa da Mulher, criado em 1985 no Governo Sarney, e politicamente preparado por Tancredo Neves nas articulações anteriores à posse.

Norte, Pró-Mulher, além da própria UMSP. Este documento é um exemplo de como e com quem a UMSP se articulava politicamente: algumas destas organizações, principalmente as de mulheres, acabam por permanecer com ligações políticas com a UMSP, vindo a colaborar com a construção do curso de promotoras.

Seu boletim de janeiro de 1987 comemorava a participação ativa de 267 sócias dentre o quadro geral da entidade, número que representava um total de 22 bairros<sup>17</sup>. A agitação social se reflete na comemoração do 8 de março, no mesmo ano, sob a administração Jânio Quadros. O prefeito, conhecido por suas posições conservadoras, indeferiu o pedido da Coordenação do Movimento de Mulheres<sup>18</sup> que organizava o evento e ainda manda “*policar a praça [da Sé]*” local que as manifestantes pretendiam utilizar (CARMO, 1987). Em fevereiro do mesmo ano, integrantes da UMSP já haviam sido presas por pintar um mural no *Minhocão*<sup>19</sup>, de autoria da publicitária Marina Pontual. A pintura simbolizava uma formiga, metáfora de trabalho miúdo e persistente que deveria ser a participação das mulheres na Constituinte, e era a 2ª de uma série de 3 pinturas que iriam ser feitas (FORMIGA, O PAINEL..., 1987). A repressão às militantes, armadas de pincéis e tintas, contou com a participação de 20 policiais militares e 7 viaturas, que acabaram por levá-las a delegacia da Polícia Federal na Rua Piauí, no bairro de Higienópolis.

Neste ano, a mobilização na Constituinte foi intensa. Foi elaborada em agosto de 1986 a “*Carta de Brasília*”, documento que continha as propostas do movimento de mulheres, elaborado em um encontro com mais de 2000 mulheres promovido pelo CNDM. Em 26 de março de 1987, o boletim da UMSP (1987) noticia a ida de 300 mulheres à Brasília, – sem nomear os grupos ou tendências políticas. Em julho do mesmo ano, participou do “*1º Encontro das Entidades Emancipacionistas de Mulheres*”, ocorrida no Rio de Janeiro. Conforme material sobre o evento, mais de 700 mulheres participaram, representando 18 estados e mais de 200 organizações, das quais 84 eram de “*mulheres autônomas*”, e 94 ligadas a organismos estatais ligados às questões das mulheres (como Delegacias, Conselhos, Secretarias, etc). Na plataforma aprovada, encabeçava sua lista de reivindicações “*A igualdade jurídica entre homens e mulheres*”, seguido da valorização da função social da maternidade, combate à impunidade da violência contra a mulher; iguais oportunidades de emprego e salário e mais creches. Devemos lembrar que esta igualdade jurídica entre homens e mulheres só foi formalmente alcançada na

---

<sup>17</sup> Os bairros eram: Itaquera; Cangaíba; Sapopemba; Penha; Vila União; Parque Madalena; Vila Prudente; Bela Vista; Santa Cecília; Liberdade; Parque Regina; Jardim Souza; Jardim Boa Esperança; Grajaú; Jardim Lídia; Jardim Icarai; Rio Bonito; Jardim Primavera; Jardim Grimaldi; Jardim Piratininga; A. E. Carvalho e São Miguel Paulista.

<sup>18</sup> Em meados da década de 80, o movimento feminista da cidade de São Paulo se articulava sob a “Coordenação do Movimento de Mulheres”, citada em documentos e artigos de imprensa a que tive acesso. Era formada por diversas entidades que, entre outras atividades, organizavam a comemoração do 8 de março. Não foi possível delimitar a sua atuação por meio dos documentos pesquisados, porém, fica assinalada sua existência.

<sup>19</sup> “Minhocão” é o apelido de uma via elevada de grande proporção que liga o centro da cidade à zona oeste de São Paulo, cujo nome oficial é “Elevado Costa e Silva”.

Constituição de 1988

A UMSP destacou-se, na Constituinte, pela sua proposta de legalização do aborto, elaborada juntamente com o Coletivo Feminista de Sexualidade e Saúde e o Grupo de Saúde Nós Mulheres do Rio. Encaminhou emenda, apoiada por 33.338 assinaturas, que garantia o direito ao aborto até o 3º mês de gestação com pagamento de despesas médico-hospitalares pelo Estado (PROPOSTAS POPULARES..., 1987). Além da dificuldade de conseguir as assinaturas, devido ao tema e à pouca estrutura das organizações, Amélia Teles (2004) relata que a Igreja Católica também colhia assinaturas, e nos textos de seus abaixo-assinados, colocava a recusa ao aborto em meio a outras reivindicações de maior aceitação, como reforma agrária, por exemplo.

O discurso feito por Amélia Teles na Assembléia Constituinte ficou conhecido por sua defesa “*apaixonada*” dos direitos reprodutivos, em que afirmava que não era suficiente defender a vida, mas sim a qualidade de vida das mulheres (ALVAREZ, 1990, p. 254). A expressão política que a UMSP alcançava não foi ignorada, e a direção do PC do B, vendo com desconfiança a atuação feminista das dirigentes, acaba por expulsar três militantes que estavam à frente da organização em 1987, fazendo com que a entidade se desligasse definitivamente do partido. Do racha, surge outra organização, a União Brasileira de Mulheres – UBM (ALVAREZ, 1990, p. 239).

Durante o processo constituinte, e nos anos seguintes, é notável como a UMSP se engaja na demanda por direitos, assim como outros movimentos, passam a voltar-se para a consolidação do estado democrático. Para isso, a tônica é a interpelação mesma deste Estado: vejamos uma amostra desta nova tônica em trecho de documento, em que a presidenta da UMSP defendia o projeto de lei 2278/90 sobre a criação das casas-abrigo: “*Cabe ao município, em consonância com a Constituição Federal, e em cooperação com o Estado, criar mecanismos para garantir a execução de uma política de combate à prevenção à violência contra a mulher*” (UMSP, 1990, p. 2).

As estratégias deste período voltam-se para a efetivação de direitos materializados na Constituição, divulgação de seu conteúdo, e pela sua regulamentação. Neste momento, final da década de 80, o poder de mobilização da UMSP e de outras entidades ainda é muito grande, mas que vai perdendo força a partir de meados dos anos 1990.

### **Desmobilização, esvaziamento ou cooptação ? (Fins de 80 e início dos 90)**

No seu 7º aniversário, realizou o 4º encontro da UMSP, em 11/12/1988, no Sindicato dos Químicos. Nesse momento, o *status* jurídico da UMSP era de “*entidade de utilidade pública sem fins lucrativos*”, em nível municipal e estadual. Estava em curso o pedido de certificação

em nível federal. Havia sido firmado, no mesmo ano, convênio com a FUNABEM<sup>20</sup> para que se promovesse cursos semi-profissionalizantes para meninas de 14 a 18 anos. Para que a sede permanecesse aberta ao público, eram programados “plantões”, em que as militantes se revezavam no atendimento às mulheres que procuravam a organização. Até então, o financiamento da UMSP se dava de forma auto-sustentada, por meio de mensalidades das sócias, contribuições individuais para fins específicos, festas, rifas, doações e parcerias com outras instituições (em especial, sindicatos). Já nesse encontro o modelo dava mostras de esgotamento: uma das discussões do encontro era *“pensar um plano financeiro”* para possibilitar o pagamento de uma pessoa que ficasse na sede diariamente por meio período.

A comemoração do 8 de março de 1989 contabilizou, segundo o jornal “O Estado de S. Paulo” (PASSEATA FESTEJA..., 1989), com 4.000 pessoas. Apesar do número razoável de comparecimento, a discussão sobre o “refluxo” do movimento começa se colocar. Amélia Teles, apesar disso, estava otimista: *“ao contrário do que tem acontecido em outros países, nosso movimento está crescendo a passos largos”*. Maria Carneiro da Cunha, da FMP, por sua vez, afirmava que viviam *“um momento de refluxo no movimento. Talvez em virtude da institucionalização no nosso trabalho, hoje encampado por entidades do governo”*. E Maria Lucia de Barros Mott, na mesma matéria, completa: *“as mulheres não estão paradas. Mas suas conquistas hoje não são mais alardeadas quanto há alguns anos. Muitas continuam ativas embora não se considerem mais ‘militantes do feminismo’”*. Analisar os acontecimentos no calor da hora é complicado, e isso transparece no pouco consenso que emanava destas opiniões.

Mas as mulheres realmente não estavam paradas. Vinham de uma Constituinte em que conseguiram aprovar quase todo o programa feminista, com exceção do direito ao aborto.

Também em 1989, é realizado o 10º Encontro Nacional Feminista, na cidade de Bertioga-SP, que reuniu cerca de 900 mulheres<sup>21</sup>. No plano local, a prefeitura da cidade de São Paulo passou a ser administrada, a partir de 1989, por Luiza Erundina, eleita pelo PT. Nesta administração, há um impulso a políticas direcionadas às mulheres, quando foi criada a Coordenadoria da Mulher no âmbito municipal, a casa Eliane de Grammont (1990), centro de referência e de atendimento integral a casos de violência doméstica e sexual e a casa-abrigo Helenira Resende (1991), esta última fechada no final de 1992 e só reaberta em 2001, na gestão Marta Suplicy.

A quantidade de encontros de mulheres e o número de mulheres mobilizadas, pela UMSP e outras entidades (ainda que se considere uma certa “inflação” por parte das organizadoras) são bastante significativos. São encontros de mulheres da Zona Sul, da Zona Leste ou mesmo de

---

<sup>20</sup> Sigla para “Fundação Nacional para o Bem-Estar do Menor”.

<sup>21</sup> Para efeito de comparação, o 10º Encontro Feminista Latino Americano e do Caribe consegui reunir 1.200 participantes na sua última edição, em outubro de 2005, em Serra Negra-SP.

apenas 1 bairro: só o encontro de mulheres da Vila Prudente, em 30/09/89, alcança 130 mulheres. Pouco tempo antes (Gazeta de Santo Amaro, 09/06/84), ocorrera o IV Encontro de Mulheres da Região Sul. Também ocorrem eventos temáticos, para discutir a condição das mulheres negras, das trabalhadoras. Nas palavras de uma militante feminista sobre a década de 1980, “*qualquer reuniãozinha naquela época reunia umas 80 mulheres*” (Diário de Campo, agosto/2004).

A UMSP era uma importante expoente da mobilização em massa das mulheres na cidade de São Paulo durante a década de 1980: fortemente ligada a sociedades amigos de bairros e clubes de mães, se organizava com base em núcleos por toda a periferia da capital. Apenas um ano após sua fundação, contava com 450 sócias, alcançando o número de 44 núcleos e 1528 sócias em 1986. Periodicamente, realizava encontros com as associadas que contam com significativa participação, em espaços cedidos por sindicatos, como o dos químicos, metalúrgicos, radialistas, entre outros. Seus encontros e aniversários eram noticiados na grande imprensa, e assim como outras diversas entidades feministas (algumas já citadas), tinham espaço privilegiado para discutir a “*condição feminina*”, assunto recorrente na mídia. Suas representantes eram chamadas a opinar sobre as questões femininas e sobre o posicionamento das feministas (como a própria Amelinha Teles, Terezinha Gonzaga, Lourdinha Rodrigues e Maria Antonia Gigliotti, esta última sobre a questão específica dos idosos). Este destaque, portanto, não é exclusividade da UMSP, mas de várias entidades, do movimento feminista e do movimento social como um todo: o grau de mobilização alcançado causava grande interesse e um certo fascínio, numa época ainda de transição do regime autoritário para o democrático e sua consolidação.

Foi em 1990 também que os crimes do ácido<sup>22</sup> ganham destaque na imprensa e apoio de organizações de mulheres, que entregam um documento pedindo a solução dos crimes: “*No documento que será entregue a Fleury<sup>23</sup>, as 16 entidades exigem que a polícia demonstre a mesma competência mostrada por resolver o seqüestro de Abílio Diniz*” (Folha de S. Paulo, 17/02/1990). A UMSP também apoiava outros tipos de reivindicações e eventos, como o manifestado ao Movimento de Mulheres da Zona Leste e Sudeste, que demandava mais leitos no Hospital Maternidade Leonor Mendes de Barros e ajudou a promover a I Mostra da Beleza Negra de Itaquera.

No boletim interno de 1990, a direção da entidade desculpa-se por não se comunicar mais com as sócias, em número de 1.800 neste ano, pois não possuía verba suficiente para o envio de

---

<sup>22</sup>Ficaram conhecidos como “crimes do ácido”, uma série de agressões sofridas por mulheres vestindo saias, que andando na rua eram atingidas nas pernas por substâncias ácidas de natureza corrosiva.

<sup>23</sup> Luis Antonio Fleury Filho, à época Secretário de Segurança Pública estadual, que acabará sucedendo Orestes Quêrcia no governo estadual, no período 1990-1993.

correspondência. A crise econômica do início da década de 90, somada ao esgotamento de um modelo de auto-financiamento que não contava com a execução contínua de projetos mostra seus efeitos na organização. A tônica do boletim era o ataque ao Governo Collor e a conclamação para que as mulheres fossem às urnas naquele ano, quando seriam realizadas eleições estaduais.

Também em 1990, encontramos em seus arquivos um projeto que mostra como a formação de lideranças é uma preocupação antiga da UMSP e como a iniciativa do curso de promotoras vai ao encontro de sua linha de ação. O texto do projeto apresenta a entidade e sua organização interna, que contava com departamentos (como grupos de trabalho), entre eles o Departamento Jurídico, que visava “*informar e orientar as mulheres a respeito da legislação e atendê-las em casos individuais*”, que, no entanto, estava desativado por falta de recursos para remunerar uma profissional. Na justificativa para o projeto, o texto afirmava que

O conjunto de mulheres participantes da União de Mulheres de SP pertence às camadas populares. (...) Vivem em precárias condições de moradia e trabalho. Um grande número delas é chefe de família e encontra dificuldades para criarem seus filhos (...) Apesar disso, muitas delas estão à frente dos movimentos reivindicatórios nos bairros e locais de trabalho. Por sentirem na própria pele a discriminação que sofrem enquanto mulheres, procuram solidariedade junto às entidades feministas, onde solicitam cursos de formação, materiais educativos e de informação” (UMSP, 1990, p.2)

Como se pode ver, havia uma apropriação importante da leitura do momento histórico por que passava o movimento social, a exemplo de trabalhos como os de Sader (1988) e Singer (1980). Quando aos objetivos do projeto, estes previam assessoria para movimentos de mulheres em núcleos de bairros e sindicatos no sentido de manutenção e intensificação de suas atividades, além de estimular a organização destas mulheres nestes e outros espaços, “*de forma a ocupar e criar espaços e canais específicos para a mulher*” (UMSP, 1990, p. 3-4). Passamos a citar os programas de diversos cursos que teriam como objetivo a formação de lideranças:

1º curso – Direitos da Mulher

- a) histórico do feminismo no Brasil e a condição da mulher nos períodos colonial, imperial e na velha e nova República.
- b) legislação - importância do estudo das leis como reflexo da compreensão da questão da mulher no processo de desenvolvimento da sociedade.
- c) Informações sobre as novas leis (Constituição Federal e Leis Complementares) e formas de atuação para exigir aplicação das mesmas.

2º curso – A Maternidade

- a) aspectos históricos e ideológicos:
  - como a maternidade foi considerada nas diversas etapas históricas;
  - maternidade: dever da mulher X direito social;
  - educação dos filhos e creche: o papel do Estado e da sociedade;
  - maternidade e desempenho profissional
- b) maternidade: saúde física e mental

c) o direito de ser ou não ser mãe

-aspectos legais: aborto, licença-maternidade e paternidade.

-aspectos assistenciais: assistência pública adequada nos casos de aborto, parto, planejamento familiar, prevenção e tratamento de doenças sexualmente transmissíveis.

-sexualidade.

3º curso – A saúde da Mulher

a) aspiração das mulheres à assistência integral à saúde em todas as fases da vida, em contraposição às políticas públicas que vêm sempre a mulher como reprodutora.

b) Serviços Públicos: como vêm sendo executados estes serviços ?

Avaliação e formas de reivindicação

4º curso - A violência contra a mulher e a criança

a) aspectos ideológicos – orientação sobre os serviços existentes (público e alternativos).

b) Legislação sobre o assunto

c) Necessidade de formação de uma consciência de que esta violência é de natureza social e não apenas um problema das vítimas.

Observação: os cursos terão a duração de uma semana, com 3 horas diárias de aula, num total de 15 horas por curso. (UMSP, 1990)

Ainda que com diferenças de conteúdo, o espírito e mesmo o conteúdo muito têm a ver com a forma atual do curso de promotoras. A estruturação passa por temas caros ao movimento feminista, abordando a legislação e serviços públicos relacionados; até a carga horária (60 horas) coincide com o que o projeto inicial (registrado no 1º cartório de Títulos e Documentos de São Paulo, sob nº 2360485/96) assinala como mínima. O projeto foi enviado para obtenção de financiamento para diversas instituições, e apesar de aprovado em algumas, o dinheiro não veio: a solução foi viabilizá-lo com apoio de sindicatos, que usualmente contam com infraestrutura para cursos (TELES, 2004).

Em fevereiro do mesmo ano, a UMSP promoveu o seminário “*Metodologia de Trabalho com a Mulher*”, apresentado por Zuleika Alembert, que ministrara o mesmo conteúdo a técnicos da UNICEF<sup>24</sup> em curso realizado na cidade do Rio de Janeiro, de 21 a 26 de agosto de 1989. É interessante observar o conteúdo da apostila do seminário, que muito reflete o contexto da época, e como assinala novas tendências do “*trabalho com as mulheres*” que o movimento feminista se dispõe a empreender.

Na apresentação ao trabalho de Alembert, sublinhava-se a necessidade da “*construção de um projeto político das mulheres, que aponte resposta para a pergunta que a todo momento nos fazem: ‘Aonde a mulher quer chegar?’*”. Esta construção passaria pela elaboração de uma “*metodologia para sistematizar e transmitir nossas experiências às mulheres e demais pessoas interessadas*” (UMSP, 1990b, p. 1).

<sup>24</sup> Agência das Nações Unidas para a Infância.

Alembert parte de uma perspectiva que explica a opressão feminina pela existência de um patriarcado que persiste em todas as sociedades humanas nos últimos milênios (3000 anos, segundo o texto), mas que estaria em declínio. Assinalando avanços e arcaísmos, a palestrante sublinha a necessidade de fortalecer a democracia como meio de alcançar a cidadania plena: *“A solução desta questão está vinculada ao processo de conquista, garantia e desenvolvimento da Democracia no país. Lembremos que podemos medir o grau de Democracia pelo nível de que gozam (sic) suas mulheres”* (UMSP, 1990b, p. 9)

Depois de algumas recomendações, Alembert lança a *“estratégia”* para o desenvolvimento do trabalho, em que aponta um esgotamento das ações do movimento feminista:

Faz parte de nossa metodologia de trabalho com mulheres o estabelecimento de metas a serem alcançadas a longo prazo. Isto é sumamente importante para tirar os movimentos de mulheres, e especialmente o movimento feminista, do beco sem saída em que muitas vezes se encontram por força da realização de um trabalho de caráter emergente, pontual, diário, que, após alcançar um resultado, declina, se enfraquece ou chega até mesmo a desaparecer. Não é por acaso que hoje costuma-se dizer que “o feminismo morreu”, “o feminismo está decadente”, “o feminismo já rendeu o que era possível”. Com isso não concordamos. O que ainda não ficou claro é que o emergente, o diário, o imediato, constituem apenas batalhas parciais que, uma vez ganhas, criam novas necessidades que gerarão novas batalhas parciais. (...) Eis a razão principal do porquê os movimentos femininos, feministas, geralmente são instáveis, intermitentes, espontâneos. Sua perspectiva é demasiado curta. (UMSP, 1990b p. 11-12)

Para atingir os objetivos deste trabalho, que para Alembert são a igualdade entre homens e mulheres, a autonomia e a dignidade destas últimas, propõe *“ações táticas”*, entre elas, a *“educação informal”*, isto é, *“aquela que se processa fora da estrutura escolar (...) na comunidade que se vincula com a escola, mas está fora dela (...)”*, e a revisão da legislação discriminatória, com a ressalva de que *“sabemos, no entanto que a lei inscrita no papel é apenas um bom começo. Por isso a mulher se organiza para tornar a lei conhecida por toda a sociedade e por sua viabilização na prática.”* (idem, p. 17). Todo este trabalho, neste novo contexto, deveria passar pela delimitação de métodos de trabalho e pela especialização: *“Assume neste campo fundamental importância o preparo de técnicos para as diferentes áreas de trabalho (saúde, educação, segurança pública, etc), especializados no trato com mulheres”* (UMSP, 1990b, p. 19).

Em 1991, no V Encontro da UMSP, a pauta inclui o lançamento de uma campanha *“pela cidadania da mulher”*, cujo título deveria ser *“Fazer valer nossos direitos”*, slogan ainda utilizado pela organização. Os objetivos da campanha eram:

- a) Defender os direitos constitucionais;
- b) informar as mulheres sobre os nossos direitos conquistados na atual Constituição;



- c) Articular com os demais movimentos populares e instituições democráticas ações conjuntas em defesa de nossos direitos;
- d) Levantar e encaminhar casos concretos de violações de direitos.

Seu desenvolvimento deveria incluir cursos “*com temas vinculados à campanha*”, como o significado de “*direitos civis, individuais e humanos; história da evolução do Direito; as questões políticas e a efetivação de direitos; Aborto, direito constitucional e legislação complementar; Saúde, Educação, Família, Trabalho e Violência e os nossos direitos*”.

Um trabalho importante desenvolvido pela entidade, e que antecede imediatamente o curso de Promotoras Legais Populares, foi o empreendimento da Campanha “*A Impunidade é Cúmplice da Violência*”, como veremos a seguir.

### **A Campanha “A Impunidade é Cúmplice da Violência”**

O ano de 1992 foi muito marcado, no universo da sociedade civil organizada, pela realização da Eco-92<sup>25</sup> no Rio de Janeiro. É quando o termo “ong” e correlatos se popularizam “de vez” no Brasil. Este evento contou com ampla participação do movimento de mulheres, que organizou seu próprio fórum de discussões, o “*Planeta Fêmea*”, – e incorporou, no capítulo 24 da sua Agenda 21, uma plataforma de “ação global para a mulher rumo ao desenvolvimento sustentável e igualitário” (UNITED NATIONS, 1992). A UMSP e outras organizações<sup>26</sup> editam o número zero do boletim “Enfoques Feministas”. É interessante notar que a organização ainda utilizava como logotipo, inclusive em papel timbrado, a imagem, em vermelho, de uma mulher se livrando de grilhões que vai posteriormente, ser substituído pela formiga pintada durante a Constituinte, símbolo de um trabalho miúdo e persistente (ver Anexo).

Em 1993, dentre suas atividades, a UMSP inicia a *campanha “A Impunidade é Cúmplice da Violência”* e edita boletim homônimo. A campanha foi aprovada em discussão com 75 entidades participantes do “*I Encontro de Entidades Populares contra a Violência contra a Mulher*” (realizado em março do mesmo ano, na cidade de Praia Grande, SP, em parceria da UMSP com a Casa de Cultura da Mulher Negra de Santos). Este encontro abordou temas como Cidadania e Direitos Humanos; Discriminação Racial à Mulher, Aborto, além de, claro, Violência Sexual e Doméstica, entre outros. Para falar sobre o primeiro tema, foi convidada Denise Dora do grupo Themis. Ainda que, no projeto elaborado para solicitar financiamento, a previsão fora de um público de 1000 pessoas, é interessante assinalar que nos documentos analisados não foi encontrada referência ao número de participantes, mas sim, de entidades participantes, mostrando a crescente importância das organizações como interlocutoras

<sup>25</sup> Nome como ficou conhecida a Segunda Conferência Mundial para o Meio-Ambiente e Desenvolvimento da ONU.

<sup>26</sup> Casa da Mulher do Grajaú, Casa da Mulher Lilith, CIM, Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde e Pró-Mulher.

privilegiadas no novo momento. A campanha foi inspirada, e em grande parte impulsionada, pela mobilização em torno do caso do assassinato de Márcia Leopoldi por seu ex-namorado, conhecido por Laguinho, em 1984, até pouco tempo atrás não solucionado<sup>27</sup>.

Em documentos da época sobre a campanha, encontra-se o entendimento que, na luta contra a violência contra a mulher a “*impunidade tem sido seu maior empecilho*”, e os objetivos da campanha eram, a um tempo “*divulgar os casos de impunidade para sensibilizar a sociedade (...)*” e “*investir na formação de lideranças feministas e populares sobre seus direitos, legislação e funcionamento do Poder Judiciário e dos órgãos de Segurança Pública.*” (UMSP:1993:2). À época, também, transcorria a CPI da Violência contra a Mulher, que vinha sendo acompanhada pelo movimento feminista e era presidida pela deputada federal Sandra Starling. O boletim foi elaborado e mantido conjuntamente pela UMSP e pela Casa de Cultura da Mulher Negra de setembro de 1993 a abril de 1996 (foram editados 7 números), e a campanha contava com a participação de outras diversas entidades, como CIM, Cooperativa Arte-Sã, Grupo Técnico de Apoio – GTA, Associação Piracema, Coletivo de Feministas Lésbicas - CFL, Geledés e o Centro de Defesa dos Direitos da Mulher.

No boletim da UMSP de junho de 1994, encontramos que “*a prioridade da União [de Mulheres] tem sido o combate à violência contra a mulher e a campanha ‘A Impunidade é Cúmplice da Violência’.*”. A elaboração e publicação do boletim caracterizam-se como atividades em que a preocupação principal é a denúncia, ou seja, retirar da invisibilidade os assassinatos cometidos contra mulheres, por seus maridos, namorados, pretendentes ou mesmo aqueles que nunca haviam mantido relacionamento com as vítimas. Ainda que tenha se tornado anacrônica a jurisprudência acumulada em torno da “*legítima defesa da honra*”<sup>28</sup>, conforme decisão do Supremo Tribunal Federal de 1992, os crimes contra a mulher ainda são pouco punidos, e seus assassinatos, objeto de um sem-número de atenuantes<sup>29</sup>

A esta altura, a mudança que se constata a partir da Constituinte em direção a promoção e defesa de direitos já está totalmente consolidada: há plantões jurídicos na sede feitos por advogadas voluntárias, os boletins discutem leis e as CPIs que abordam assuntos do interesse da entidade. Já havia a intenção, no projeto da campanha, de realizar estratégias de capacitação

---

<sup>27</sup> O caso esgotara todas as possibilidades de se obter justiça internamente e foi apresentado para a Corte Interamericana de Direitos Humanos, de acordo com a Convenção de Belém do Pará. Tem sido um caso exemplar de impunidade nos casos de violência contra a mulher e utilizado para ilustrar aulas do curso de Promotoras. Recentemente, o assassino de Márcia foi encontrado graças a divulgação de sua foto no programa televisivo de Ana Maria Braga, da Rede Globo de Televisão.

<sup>28</sup> Argumento utilizado pelo jurista e advogado Evandro Lins e Silva para defender Doca Street, assassino de Ângela Diniz, e que foi derrubado posteriormente graças à pressão do movimento de mulheres (BLAY, 2003).

<sup>29</sup> Em estudo recente, que foi assunto de matéria publicada na revista Época (COTES, 2004), por meio de exame de decisões judiciais emitidas em todo o país, estudo realizado por Sílvia Pimentel, Juliana Beloque e Valéria Pandjarian pôde constatar a persistência da argumentação da “defesa da honra”, disfarçada agora sob a atenuante “violenta emoção”. Ver também Blay, 2003.

legal, haja visto o contato anterior com a experiência no seminário do Cladem em 1992. Posteriormente, o curso concretiza-se e analisando-se os documentos, percebemos que as atividades das Promotoras Legais e da Campanha se interpenetram, pois o primeiro noticia freqüentemente atividades do segundo, até que o boletim e a campanha “A Impunidade é cúmplice da Violência” extinguem-se e o curso ganha fôlego próprio.

Como podemos ver, há um contexto e um desenvolvimento histórico, entre o processo de democratização e o desenvolvimento destes movimentos, que narramos do ponto de vista da UMSP, que levam ao desenvolvimento de projetos e de formas de trabalho que já prenunciam a estratégia de capacitação legal. Parece evidente que todas as condições para a adoção da capacitação legal já estão dispostas nos processos internos da entidade, como também não se pode deixar de considerar a influência do contexto externo, a participação do movimento de mulheres no processo constituinte e como este se processou, com ampla participação da sociedade e igualmente ampla incorporação da plataforma feminista. Esta confluência de acontecimentos acaba por constituir os rumos das estratégias que serão adotadas pelas organizações feminista, neste caso em especial, da UMSP.

### **Finalizando...**

Tentamos mostrar aqui, portanto, as transformações pelas quais passaram os movimentos sociais e suas organizações, em especial, do movimento feminista/de mulheres. Um dos sinais desta mudança foi a gradual substituição do termo “entidade” por “ong”. Lembro que, até bem pouco tempo atrás<sup>30</sup>, algumas integrantes da diretoria discutiam o entendimento do termo “ong” e a sua resistência em qualificar-se como tal. Algumas afirmavam que seu sentido literal remetia a toda e qualquer organização não-governamental, – o que poderia incluir empresas privadas, inclusive. Porém, outras contra-argumentavam que o termo se referia àquelas organizações da sociedade civil sem fins lucrativos, que, no seu entender, teriam a função, – nefasta –, de substituir o papel do Estado na oferta de políticas sociais num contexto de políticas neoliberais de redução da máquina estatal. Nos últimos anos, no entanto, as integrantes têm utilizado o termo para designar a organização.

A UMSP, faz parte, portanto, do que se pode denominar do *campo de atuação/ação feminista* (ALVAREZ, 2000), um complexo tecido social onde se encontram organizações, instituições e pessoas de diversas tendências políticas feministas, construído entre pessoas de diversas origens sociais e em espaços públicos de atuação política (sindicatos, universidades, movimento de mulheres, partidos políticos, etc).

Esta teia social se estende por todo o país, e se liga com outros enredados semelhantes de

<sup>30</sup> Recordo de ter presenciado mais de uma discussão sobre o assunto nas reuniões de diretoria, por volta de 2000/2001.

outros países, por meio de organizações internacionais regionais ou mundiais. Isso significa estar em diálogo com as discussões, ações e estratégias do movimento feminista e de mulheres, em nível local, nacional e internacional. Embora sempre tivesse desenvolvido trabalhos e pleiteado financiamentos, esta prática tornou-se mais constante, e adquiriu um perfil específico desde o final da década de 80, quando o contexto brasileiro e internacional altera-se e desloca estas organizações para um lugar específico e para uma função determinada dentro dos mecanismos democráticos que começaram a ser instaurados nestes anos. Uma característica destoante, talvez seja a forma de sustentabilidade da organização: ainda que haja uma busca por financiamentos para seus projetos, não há uma política sistemática de captação de recursos, com formação de pessoal ou designação de responsável para este fim, a exemplo do que ocorre atualmente em muitas ongs. Porém, a trajetória da UMSP é um exemplo de mudanças ocorridas dentro dos movimentos sociais e suas organizações nos últimos anos.

## Referências Bibliográficas

200 MULHERES criam mais uma união feminista. Folha de S. Paulo, São Paulo, 07 dez.1981

ALVAREZ, Sonia. *Engendering democracy in Brazil : women's movements in transition politics*. Princeton, N.J., Princeton University Press, 1990.

\_\_\_\_\_. A globalização dos feminismos latino-americanos : tendências dos anos 90 e desafios para o novo milênio. In: ALVAREZ, Sonia. DAGNINO, Evelina. ESCOBAR, Arturo (org.). *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos : novas leituras*. Belo Horizonte, UFMG, 2000, p. 383-426.

\_\_\_\_\_. *et al.* Encontrando os feminismos latino-americanos e caribenhos. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis: CFH/CCE-UFSC, vol. 11, n. 2, p. 541-575, jul.-dez./2003.

BLAY, Eva Alterman. Mulheres e movimento sociais urbanos no Brasil: Anistia, custo de vida e creches. *Encontros com a Civilização Brasileira*, n. 26, vol.III, n. 8, 1980, p. 63-70.

\_\_\_\_\_. A Participação das Mulheres na Redemocratização. In: Fleischer, David. (org.). *Da Distensão A Abertura: As Eleições De 1982*. Brasília, Editora d UnB, 1988, p. 185-206.

\_\_\_\_\_. Um Caminho ainda em Construção: a Igualdade de Oportunidades para as Mulheres. *Revista USP*, São Paulo: CCS-USP, n. 49, pp. 82-97, mar.-mai./2001.

\_\_\_\_\_. Violência contra a mulher e políticas públicas. São Paulo, *Estudos Avançados*, 17 (49), set.-dez./2003, p. 87-98.

BRUSCHINI, Cristina *et al.* *Tesouro para estudos de gênero e sobre mulheres*. São Paulo, FCC: Editora 34, 1998.

CARDOSO, Iredé. *Criticadas as tendências políticas de feministas*. Folha de S. Paulo, São Paulo, 13 dez. 1981.

CARDOSO, Ruth, A trajetória dos movimentos sociais. In: DAGNINO, Evelina (org.). *Anos 90 – Política e Sociedade no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1994, p. 81-90.

CARMO, Vitu do, *Jânio...* O Nacional, s.l., 05-11 mar. 1987.

CLADEM. *Capacitación legal a mujeres*. CLADEM, Lima: Peru, 1991.

CORRÊA, Sonia. *Gênero: Reflexões conceituais, pedagógicas e estratégicas – Relações desiguais de Gênero e Pobreza*. Recife, SOS Corpo, 1994.

COTES, Paloma. *Defesa Ilegítima*. *Revista Época*, 09 fev. 2004, p. 44-48.

DUARTE, Constância Lima. Feminismo e Literatura no Brasil. São Paulo, *Estudos Avançados*, 17 (49), set.-dez./2003, p.151-172.

E, NUM minuto, caiu o 2045. *Jornal da Tarde*, São Paulo, 20 out. 1983.

GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos Movimentos Sociais – Paradigmas Clássicos e Contemporâneos*. 3.ed. São Paulo, Loyola, 2002.

GOLDBERG, Anette. Feminismo no Brasil contemporâneo: o percurso intelectual de um ideário político, BIB n. 28, Rio de Janeiro, 1989, p. 42-70.

GRUPO UNIÃO das mulheres festeja seu primeiro ano. Folha de S. Paulo, São Paulo, 11 dez. 1982.

FORMIGA, O PAINEL vetado no Minhocão. O Estado de São Paulo, São Paulo, 08 fev. 1987.

KYRIAKOS, Norma. Aborto e Direitos Reprodutivos na Nova Ordem Social. In: FONSECA, Rosa Maria Godoy Serpa da. *Mulher e Cidadania na nova ordem social*. São Paulo, NEMGE: EE-USP, 1996, p. 61-71.

MULHERES QUEREM novas leis. Folha de S. Paulo, São Paulo, 11 fev. 1985.

NACIONES UNIDAS. *Estrategias de Nairobi orientadas hacia el futuro para el adelanto de la mujer*. [S.l.] Naciones Unidas, [1985?].

PAOLI, Maria Célia. SADER, Eder. Sobre “classes populares” no pensamento sociológico brasileiro (Notas de leitura sobre acontecimentos recentes) (1986). In: CARDOSO, Ruth. *A Aventura Antropológica – teoria e pesquisa*. 4.ed. São Paulo, Paz e Terra, 2004, p. 39-67.

PASSEATA FESTEJA dia da mulher, O Estado de São Paulo, São Paulo, 09 mar. 1989.

PINTO, Celi Regina Jardim. Movimentos Sociais: espaços privilegiados da mulher enquanto sujeito político. In: COSTA, Albertina. BRUSCHINI, Cristina. *Uma Questão de Gênero*. São Paulo, Rosa dos Tempos, 1992, p. 127-150.

PROPOSTAS POPULARES: diretas, monarquia, aborto... O Estado de São Paulo, São Paulo, 17 ago. 1987.

\_\_\_\_\_. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo, Editora Perseu Abramo, 2003 (Coleção História do Povo Brasileiro).

RICOLDI, Arlene Martinez. Gênero e Cidadania: a experiência das Promotoras Legais Populares em São Paulo. Dissertação de Mestrado (Sociologia), Universidade de São Paulo, 2005.

SADER, Emir. *Quando os novos personagens entram em cena*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

SCHULER, Margaret. KADIRGAMAR-RAJASINGHAM, Sakuntala. *Legal Literacy: a tool for women's empowerment*. UNIFEM, New York: Women, Law and Development, s.l., 1992.

SINGER, Paul. Mulheres em Movimento. In.: SINGER, Paul. BRANT, Vinícius Caldeira. (orgs.). São Paulo: o povo em movimento. Petrópolis, Vozes, 1980.

SORJ, Bernardo. *A democracia inesperada – cidadania, direitos humanos e desigualdade social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

TEIXEIRA, João Gabriel Lima Cruz (coord.). *A Construção da Cidadania*. Brasília, Programa Nacional de Desburocratização: Editora da Unb; Depto de Sociologia da Unb. 1986.

TELES, Maria Amélia de Almeida. *Breve história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1993. (Tudo é História, 145).

\_\_\_\_\_. Entrevista concedida à Arlene M. Ricoldi. São Paulo. 20 de outubro de 2004.

UMSP. *Discurso pronunciado por Maria Amélia Teles, presidente da União de Mulheres de SP, na sua fundação em 6/12/81*. 3 f. Mimeografado. 1981.

\_\_\_\_\_. *Controle de Natalidade – Intervenção Imperialista*. Umsp, São Paulo, 1983.

\_\_\_\_\_. *A Mulher e a Constituinte*. Umsp, São Paulo, 1985.

\_\_\_\_\_ *et al.* *Carta Aberta à Fiesp*. São Paulo, 1987.

\_\_\_\_\_. *Defesa do Projeto de Lei 2278 – dispõe sobre a criação de casas-abrigo*. 3 f. Mimeografado. 1990a.

UMSP. Seminário “*Metodologia de Trabalho com a Mulher*”, São Paulo, 1990b.

UNITED NATIONS. *Report Of The World Conference To Review And Appraise The Achievements Of The United Nations Decade For Women: Equality, Development And Peace: Nairobi, 15-26 July 1985*. Disponível em <<http://www.un.org/documents/ga>>. Acesso em 31 março 2005.

\_\_\_\_\_. UNITED NATIONS. *Agenda 21: Chapter 24 - Global Action for Women Towards Sustainable and Equitable Development*. Rio de Janeiro, 1992. Disponível em <<http://www.un.org/esa/sustdev/documents/agenda21/english/agenda21chapter24.htm>> Acesso em 10 outubro 2005.

## Anexo – Fotos



Primeiro Logotipo da UMSP



Painel da “Formiga”, que foi modelo para o logotipo atual da UMSP